

## Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço  
Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// A informatização em setores como a área tributária e jurídica não leva em consideração que a maior parte da população não está preparada para isso

## Afoiteza eletrônica

O Brasil jamais fabricará um computador, a mais modesta máquina de calcular, uma caixa de fósforo, com todos os requisitos “tecnológicos” seus, a começar da pólvora. Dizem os levantamentos estatísticos que os computadores domésticos servem, quase 100%, para ver pornografia ou trocar correspondência amorosa, pela falta do que fazer dos seus manuseadores.

Sabe-se que 80% da população adulta brasileira é composta de analfabetos funcionais, ou melhor, não sabe transmitir ou avaliar o que leu em um parágrafo de dez linhas.

Por mês, a burocracia estabelece uma média de sete mecanismos burocráticos para atormentar a sociedade, um verdadeiro terrorismo fiscal.

A chegada da informática, através dos computadores, fez com que os burocratas caçadores de arrecadação de impostos obrigassem todo empresário que quer abrir a porta de um estabelecimento comercial ou industrial,



ficar obrigado a ter um computador, para registrar suas vendas e emitir uma nota fiscal eletrônica. Posteriormente, instituíram o controle de estoques através dessas máquinas, ignorando que o quase analfabeto não tem conhecimento para operar esse sistema que requer uma pessoa formada para sua operacionalidade. O resultado é que milhares de pequenos comerciantes passaram para a chamada clandestinidade, por não poderem custear o uso da máquina infernal, chamada de computador.

Agora, o presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Valls Feu Rosa, anunciou que vai começar por Vitória a Justiça Virtual. Até o dia 29 de outubro o processo judicial eletrônico estará implantado nas 303 varas das 69 comarcas do estado. São 6 mil kits da Justiça Virtual, com dois monitores, um scanner e um certificador digital, que começam a ser distribuídos. Pobres advogados antigos...

Esse negócio não vai dar certo, não está sendo pensado com respeito aos advogados que não querem ou não podem se adaptar ao mecanismo imposto pela Justiça.

O Brasil não está na casa dos que integram o primeiro mundo em informatização. Ainda vamos lamentar profundamente essa afoiteza.

## Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas  
E-mail: roberto.simoes@ufes.br

/// Apesar dos últimos dois governos terem diferenças, o desequilíbrio das políticas públicas socioambientais nas metas e nos investimentos é comum a eles

## Oito anos em 12

No quarto ano do governo Casagrande, as obras que encerrariam o oitavo ano do governo Hartung serão inauguradas, segundo os destaques do orçamento para 2014: Cais das Artes, Estádio Kleber Andrade e aquaviário, todas na Grande Vitória. Devido aos atrasos, e somando-se as estradas em outras regiões, chega-se aos oito anos em 12. Reforça-se, assim, a ausência de uma marca significativa do governo vigente.

O instigante é que se terá um estádio com um futebol abaixo da última série nacional – e com média de público de menos de 400 pagantes. O clássico capixaba Real Noroeste x Cachoeiro é um dos poucos exemplos de interiorização – mas o estádio, para mais de 30 mil pessoas, está em Cariacica.

Quanto ao Cais das Artes, respeitará e vitalizará as culturas regionais? Ou reforçará a máxima capixaba que desvaloriza o local em prol do que é de fora? Um filme contou com quase R\$ 1 milhão; os minutos da cena capixaba foram vistas por pouca gente. Para eventos culturais regionais, o orçamento para 2014 prevê apenas R\$ 1,3 milhão. Como se darão, assim, as relações culturais global-local?

Outras obras caminham nos desenhos digitais, como o Centro de Eventos com R\$ 39 milhões. O BRT agora quer desatracar o Porto de Vitória. No mundo, e em outros Estados, as áreas portuárias nos centros históricos passaram por revitalizações que valorizam o patrimônio e a paisagem. O BRT é a esfinge de Vitória: decifra-me ou devoro-te.

Apesar dos últimos dois governos terem diferenças, o desequilíbrio das políticas públicas socioambientais nas metas e nos investimentos é comum a eles. Um exemplo notório no orçamento 2014: 1.500 estudantes em escolas de tempo integral. Significa pouco mais de 1% dos estudantes da rede estadual, segundo o Censo Escolar 2013. É menos que meia gota no oceano da deseducação e das violências.

Da mesma forma, no financiamento de R\$ 1,14 bilhão, referente ao BNDES – Programa Especial de Apoio aos Estados, as políticas públicas sociais (des)aparecem assim: educação (zero), saúde (R\$ 20 milhões) e segurança (R\$ 40 milhões) – totalizando R\$ 60 milhões. Por outro lado, o DER, mais uma vez, despontará em 2014 com R\$ 450 milhões; o total programado para estradas, abrangendo construção, pavimentação (R\$ 437 milhões) mais reabilitação (R\$ 100 milhões) ultrapassa R\$ 537 milhões.

A virada no Espírito Santo para um modelo socioambiental precisa de outra pavimentação. Que seja debatida em 2014.

## Mauricio Melo de Moraes

É administrador, pós-graduado em Comércio Internacional e especialista em implantação e gestão de Zonas de Processamento de Exportação

/// Zonas de Processamento de Exportação beneficiarão empresas que apresentem inovações tecnológicas

## Benefícios para quem implantar uma ZPE

O conceito de zona econômica especial, na modalidade de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), está completa e perfeitamente encampado pelo governo brasileiro, que o incorporou no contexto amplo da política econômica. Para ilustrar, basta transcrever excerto de um artigo publicado pela então ministra-chefe da Casa Civil, hoje presidente Dilma Rousseff.

“A ZPE vai reunir esse potencial num

projeto de desenvolvimento realista, para atrair novos e importantes investimentos. As empresas lá instaladas terão incentivos fiscais e condições especiais para exportar e importar, além da infraestrutura implantada pelo setor privado.”

No mesmo sentido as palavras de Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: “As ZPEs são um instrumento importante para a atração de investimentos, geração

de empregos, agregação de valor à produção nacional, aumento das exportações e promoção do desenvolvimento regional. O novo modelo, que conta com o decisivo apoio do governo federal, não concorre com as empresas instaladas no mercado interno, uma vez que sua produção é destinada majoritariamente ao mercado externo (60%, e 40% mercado interno), e a legislação veda instalação, em ZPE, de empresas cujos projetos evidenciem simples transferências de plantas industriais já existentes no Brasil, dentre outras condições estabelecidas na legislação”.

A experiência internacional comprova o êxito desse modelo e, por isso, o governo brasileiro está trabalhando para tornar as ZPEs uma realidade com benefícios para a economia e a sociedade. Por isso, o

alinhamento entre ZPE e as políticas industriais, do comércio exterior, do investimento e da inovação, juntamente com a parceria dos governos federal, estaduais e municipais (Aracruz e Vila Velha) e do setor privado, contribuirão para a efetiva implantação e operação das ZPEs no país.

As empresas candidatas a fixarem-se em ZPE terão de apresentar seus projetos ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, em Brasília, e serão aprovadas aquelas que apresentarem inovações tecnológicas, como, por exemplo, empresas que produzirão peças, equipamentos, insumos e serviços a serem utilizadas na exploração e produção de petróleo e gás nas profundezas do pré-sal.